



O Estágio Curricular e a Supervisão na Formação Académica do Serviço Social em Angola no Século XXI

VICÊNCIA OFÉLIA DE CARVALHO FERREIRA

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social
Orientadora: Professora Doutora Alcina Martins

Coimbra, Março de 2018

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que tornaram possível a realização desta dissertação com carinho e gratidão.

À Professora Doutora Alcina Martins, orientadora desta dissertação, apresento o meu profundo reconhecimento por toda a disponibilidade, empenho, apoio e excelente sentido de oportunidade em todos os enriquecedores comentários, pessoais e académicos, que me permitiram trilhar este caminho.

Ao Instituto Superior de Serviço Social de Angola e ao Instituto Superior João Paulo II agradeço a colaboração e disponibilidade em facultarem dados essenciais para o meu trabalho de pesquisa.

À minha família, meu grande pilar, pelo estímulo e apoio incondicional, meus exemplos de vida, com muito amor, carinho e gratidão. O meu sincero especial agradecimento, à minha mãe do coração Cândida Marques, ao meu pai Rochete Ferreira, ao meu padrinho Elias Marques Júnior, e às minhas manas Edith, Joaquina e Eulália, obrigada por tudo!

A ti, Torcato, incentivas-me a seguir em frente e a acreditar em mim nos momentos de extremo cansaço emocional. Obrigada por estares sempre presente!

Aos amigos, companheiros de profissão: Helena Fonseca, Maria Luzia Dumbo, Sónia Tiago e Nelson Ramalho agradeço a vossa amizade, o empenho, a força e dedicação prestada nos meus momentos de angústia.

Aos colegas de trabalho (docentes) que nele colaboraram com partilha de trabalhos e troca de experiências, especialmente à Anavilde Kassessa, Teresa Silva, Zuleika Nicolau, Mac Mahom Fonseca e Mutudi Mesongolo.

À Paula Louro e ao Francisco Silva, que em momentos de aflição recorria a eles para resolver questões logísticas. Obrigada pela força e amizade!

RESUMO

A presente dissertação surge no âmbito do mestrado em Serviço Social, do curso de 2º ciclo, do Instituto Superior Miguel Torga, em Coimbra. No início do século XXI dois processos marcantes em Angola poderão ser referidos no que respeita ao ensino superior. Por um lado a criação de novas Universidades públicas e privadas e o retomar da formação de Assistentes Sociais (em Angola). Existem trabalhos de mestres e doutores em Serviço Social, cuja investigação incide sobre “Delinquência juvenil” Dumbo (2012), “Adolescência em situação de risco” Samba (2014) e “Natureza do Serviço Social” Monteiro (2016). Mas o tema o “estágio” e a “supervisão” não tinham sido objeto aprofundado. Por isso, a escolha do tema desta investigação recaiu sobre “estágio” e “supervisão académica”.

Fez-se uma breve trajetória do ensino superior em Angola e da formação em Serviço Social desde o tempo colonial à atualidade. Os autores de referência sobre a temática da; Lewgoy (2010), Buriolla (2008) e Guerra (2016). Importância da supervisão no processo de formação.

Remetem o estágio e a supervisão como experiência única que se apresenta como o local fértil à reflexão. Procurou-se com a investigação perceber a importância atribuída ao estágio e a supervisão no âmbito da formação em Serviço Social.

O trabalho incidiu sobre o Instituto Superior de Serviço Social (ISSS) que

Inicialmente previa-se desenvolver a investigação no Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II) e incidir a análise nos relatórios de estágio, constrangimentos decorrentes no acesso à documentação e à inexistência dos relatórios na biblioteca, levaram a contemplar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

O objetivo geral foi compreender o lugar atribuído ao estágio e à supervisão na formação académica do Serviço Social em Angola. Objetivos específicos: situar a formação no contexto do ensino superior, analisar os atuais planos de estudo nos dois institutos existentes. A investigação foi aprofundada no ISSS para caraterizar os alunos matriculados entre 2010 e 2017. Identificaram-se os estagiários, os supervisores académicos e de campo e respetivos locais de estágio em 2016 e ainda os diplomados entre 2013 e 2016 e os TCC.

A investigação alicerçou-se numa pesquisa bibliográfica de livros, teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre ensino superior em Angola, a formação em Serviço Social no país, o estágio e a supervisão académica. A pesquisa documental incidiu na análise da legislação; dos planos de estudo; documentos relativos ao estágio e sua regulamentação, avaliação; levantamento dos TCC e locais de estágios; identificação dos TCC, das áreas científicas e áreas de intervenção; estatística dos alunos matriculados e diplomados do ISSS, respetiva caraterização, diplomados e englobando os regimes de ensino diurno e pós laboral e caraterização por sexo.

Pela análise dos resultados, conclui-se que ainda é dada pouca importância académica ao estágio. Alguns estudantes realizam os estágios em entidades não institucionalizadas pelo Serviço Social e têm como supervisores – coordenadores de campo sem qualificação académica em Serviço Social. Por outro lado, existem incongruências na avaliação do estágio tendo em conta a nota atribuída pelo supervisor de campo com uma percentagem de 60% e o supervisor académico 40%.

Palavra-chave: Ensino Superior, Formação em Serviço Social em Angola, Estágio e Supervisão de Serviço Social.

ABSTRACT

The present dissertation emerges in the scope of the master's degree in Social Service, of the 2nd cycle course, at Miguel Torga Higher Institute, in Coimbra. At the beginning of the twenty-first (XXI) century, two outstanding processes in Angola may be referred to in higher education. On the one hand, the creation of new public and private universities and the resumption of training of social workers (in Angola). There are works of masters and doctors in Social Service, whose investigation focuses on "Juvenile delinquency" Dumbo (2012), "Adolescence in risk" Samba (2014) and "Nature of Social Service" Monteiro (2016). But the theme of "internship" and "supervision" had not been studied in depth. Therefore, the choice of the subject of this investigation fell on "internship" and "academic supervision".

There was a brief trajectory of higher education in Angola and the training in Social Service from the colonial time to the present. The authors of reference on the theme of; Lewgoy (2010), Buriolla (2008) and War (2016). Importance of supervision in the training process. They refer to the internship and supervision as a unique experience that presents itself as the fertile place for reflection. The investigation sought to understand the importance attributed to the internship and supervision in the scope of training in Social Service.

The work focused on the Higher Institute of Social Service (ISSS). Initially it was planned to develop the research at the ISP JP II and to focus the analysis on the traineeship reports, constraints arising from the access to documentation and the lack of reports in the library, leading to contemplate the Completion Works (TCC).

The aim was to understand the place attributed to internship and supervision in the academic training of Social Service in Angola. The objectives are: to situate training in the context of higher education, to analyze the current study plans in the two existing institutes. The research was further elaborated in ISSS to characterize the students enrolled between 2010 and 2017. Trainees, academic and field supervisors and respective traineeships in 2016 and graduates between 2013 and 2016 and the TCC were identified. The research was based on a bibliographic research of books, doctoral dissertations and master's dissertations on higher education in Angola, training in Social Service in the country, internship and academic supervision.

Documentary research focused on the analysis of legislation; of study plans; documents relating to the internship and its regulation, evaluation; TCC survey and internships; identification of TCC, scientific areas and areas of intervention; statistics of the students enrolled and graduates at ISSS, respective characterization, graduates and encompassing the regimes of day and post work education and characterization by sex.

By the analysis of the results, it is concluded that still little academic importance is given to the internship. Some students take the internships in entities not institutionalized by the Social Service and have as supervisors - field coordinators without academic qualification in Social Service. On the other hand, there are inconsistencies in the assessment of the internship taking into account the marks given by the field supervisor with a percentage of 60% and the academic supervisor 40%.

Keywords: Higher Education, Training in Social Service in Angola, Internship and Supervision of Social Service.

ACRÓNIMOS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

EGU – Estudos Gerais Universitários

ESAE – Escola Superior de Altos Estudos

IASA – Instituto de Assistência Social de Angola

ICRA – Instituto de Ciências Religiosas de Angola

ISSS – Instituto Superior de Serviço Social

ISUP JP II – Instituto Superior João Paulo II

Km – Quilómetro

MESCT – Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

PNE – Política Nacional de Estágio

TCC – Trabalho de Conclusão do Curso

UAN – Universidade Agostinho Neto

UCAN – Universidade Católica de Angola

UJPA – Universidade Jean Piaget de Angola

ULA – Universidade Lusíada de Angola

UNICEF – Fundação das Nações Unidas Para a Infância

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. A FORMAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA ANTES E APÓS INDEPENDÊNCIA	6
1.1. Breve Trajetória Histórica do Ensino Superior.....	6
1.2. Formação em Serviço Social Antes e pós Independência	8
2. ESTÁGIO E SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O LUGAR ATRIBUÍDO NOS DOIS INSTITUTOS EM ANGOLA	12
2.1. Orientações teóricas sobre estágio e supervisão	12
2.2. O lugar do estágio curricular nos dois planos de estudo da licenciatura em Serviço Social	15
2.3. Processo de supervisão e os regulamentos de estágio	21
3. OS PROCESSOS DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIOS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL	25
3.1. Os estudantes matriculados e os diplomados em Serviço Social	25
3.2. Processos de supervisão de estágio: supervisores académicos e de campo e estagiários de 3º e 4º ano	28
3.3. Dos Relatórios de Estágio aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
BIBLIOGRAFIA	

ANEXOS

Anexo 1 – Plano de Estudo do ISUP JP II

Anexo 2 – Plano de Estudo do ISSS

Anexo 3 – Decreto nº 7/09 de 12 de Maio do Conselho de Ministros

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 – Áreas Científicas e Distribuição de carga horária	16
Tabela nº 2 – Área Científica Estágios de Serviço Social	20
Tabela nº 3 – Estudantes Matriculados 1º Ano Diurno	26
Tabela nº 4 – Estudantes Matriculados 1º Ano Pós Laboral	27
Tabela nº 5 – Diplomados – Diurno e Pós Laboral (2013-2016)	28
Tabela nº 6 – Área de Intervenção de Estágios/ Temáticas	34

INTRODUÇÃO

O facto de Angola ter vivido cerca de quarenta anos de guerra quase contínua, que devastaram os serviços básicos de educação e saúde, paralisando as capacidades de produtividade, destruíram o seu tecido económico e social. Durante os longos anos do conflito armado, várias famílias angolanas foram obrigadas a deixar as suas casas, fugindo para outras áreas, alterando o tecido social do país e distorcendo os valores familiares e culturais. Famílias residentes no meio rural rumaram às cidades à procura de segurança, com forte incidência para a capital, Luanda, lançando mão de todas as formas de sobrevivência. Com o alcançar da paz em 2002, foram dados “passos” importantes para reverter essa situação.

Em 2005, o Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II), foi a primeira instituição privada a formar Assistentes Sociais no período após independência. Sendo esta, na altura, a única escola que lecionava o curso de Serviço Social para um país que tinha cerca de vinte milhões de habitantes. Em 2006 o Presidente de Angola propôs a criação de outro Instituto, pretendendo com isso alterar o cenário na qual o país vivia. Surge a proposta da criação da primeira escola pública a formar Assistentes Sociais, Instituto Superior de Serviço Social (ISSS).

A qualificação académica a nível de mestrados e doutoramentos dos docentes do ISSS e ISUP JP II foram efetuadas no exterior, especialmente, no Brasil e Portugal. Essa qualificação ainda é recente e o número de mestres e doutorados ainda é restrito no país. A produção de conhecimento, associada aos mestres e doutores em Serviço Social, ainda que incipiente, as obras produzidas por Assistentes Sociais, no contexto do curso de mestrado ou doutoramento, vejam-se os trabalhos de Maria Dumbo (2012)¹, sobre o tema “A delinquência juvenil em Luanda”; Simão Samba (2014)² com a obra “Adolescência em situação de risco e a educação social em Luanda” e de Amor Monteiro (2016)³ com o livro “Natureza do Serviço Social em Angola”. As questões de formação são de facto importantes para uma profissão que está a consolidar-se a dar os primeiros “passos”.

¹ Maria Luzia Dumbo, licenciada em Serviço Social, pós-graduada em Mediação Multicultural, Criminologia e em Intervenção Sócio-Jurídica com crianças e jovens em risco, mestre em Serviço Social e Política Social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa e doutoranda na Universidade Católica Portuguesa. É docente no ISSS e no ISUP JP II.

² Simão Samba, licenciado em Serviço Social no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), mestre e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Presidente da Associação de Serviço Social de Angola. É docente no ISSS e no ISUP JP II.

³ Amor António Monteiro, licenciado em Serviço Social pelo ISUP JP II, mestre e doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É docente no ISUP JP II.

Monteiro (2016), no seu livro, resultado da sua dissertação de mestrado, “Natureza do Serviço Social em Angola”, aborda no terceiro capítulo denominado “Génese e natureza do Serviço Social em Angola”, onde desenvolve a análise dos determinantes sócio históricos que deram origem a natureza da profissão até à atualidade. Sublinha nos vínculos do Serviço Social angolano com a Igreja Católica em colaboração com o governo colonial no início da década de 1960. O autor pronuncia-se sobre supervisão no que diz respeito à relação com o plano de estudos dos dois Institutos existentes, sem se centrar na análise do próprio processo de supervisão. Ele centra-se na análise da supervisão enquanto disciplina no plano de estudo dos Institutos, não enquanto processo. Mas não aprofunda as questões do processo de supervisão.

Não existem ainda estudos que retratem a realidade, estágio e supervisão curricular, uma vez que o Serviço Social é um curso recente no país. Razão pela qual “O estágio curricular e a supervisão na formação académica de Serviço Social em Angola no século XXI”, foi a temática escolhida para a presente dissertação.

Este tema justifica-se porque a autora exerce funções de docência e de supervisora de estágios à cinco anos no ISSS (2013) e nos três últimos anos é também supervisora de estágios e de trabalhos de conclusão de curso (TCC) no ISUP JP II. Por outro lado, o interesse da autora é devido ao país ter apenas dois Institutos com o curso de Serviço Social.

O estágio e a supervisão são dimensões da formação que são valorizadas no contexto internacional nesta área do conhecimento. A nível internacional há trabalhos sobre o assunto e é importante devido o lugar que a supervisão do estágio ocupa em plano de estudo, seja no continente africano, continente europeu ou latino-americano. O tema é objeto de estudo de diversos autores, veja-se Alzira Lewgoy (2010 e 2016), Marta Buriolla (2008), Yolanda Guerra (2016), entre outros.

Guerra (2016) e Lewgoy (2016), são da opinião que durante o estágio, o estudante depara-se com a realidade institucional onde realiza a sua experiência prática profissional. Sendo considerado como um lugar de destaque na formação. A autora, Guerra (2016: 118) “mas é o estágio também o espaço em que o estudante, em primeira mão, enfrenta as dificuldades da própria realidade tanto para conhecê-la (...) quanto para intervir em tais demandas.”, reforça ainda que “é no estágio que o estudante se põe a pensar a partir de experiências concretas, de situações imediatas (...) e aí também lhe é facultado aprender a buscar as mediações necessárias para a interpretação da realidade.” (Guerra, 2016: 119). Segundo Lewgoy (2016), “os estágios supervisionados

trazem imensos e renovados desafios que têm sido enfrentados ao longo da formação em Serviço Social.” (Lewgoy, 2016: 132). De modo semelhante, o estágio ocupa um lugar importante na formação profissional porque ajuda na capacitação e qualificação do aluno. Sendo a disciplina de estágio importante e obrigatória na formação académica do estudante. Quanto ao processo de supervisão de estágio, os autores Cláudia Santos, Daniele Gomes e Ludmila Lopes (2016) “é um dos momentos que possibilitam ao estudante fazer a mediação entre teoria e prática, entre conhecimento teórico e conhecimento sobre o mercado de trabalho, facilitando o processo de apreensão da realidade, tendo em vista uma ação competência para o atendimento às necessidades da população.” (Santos; Gomes; Lopes, 2016: 217).

Na perspetiva de Buriolla (2008), “a supervisão é vista como um processo educativo, de ensino-aprendizagem, que se relaciona ao conjunto de conhecimentos referentes à formação para o Serviço Social.” O estágio é fundamental e de grande importância para o aluno durante a sua formação profissional. Por outro lado, a supervisão é uma componente essencial e inerente ao exercício profissional.

Tendo em consideração estes factos, delinearam-se como objetivo geral da presente investigação, compreender o lugar do estágio e da supervisão na formação académica de Serviço Social em Angola a partir dos atuais planos de estudo existentes e do processo de supervisão. Nos objetivos específicos para se tornar mais perceptível esta questão, teve que se situar a formação do Serviço Social no contexto do ensino superior, antes e após independência de Angola; analisar os atuais planos de estudo de Serviço Social no ISSS e ISUP JP II; caraterizar o contingente dos alunos matriculados e os regimes (ensino diurno e pós laboral) no ISSS entre 2010 e 2017 e caraterização por sexo (homens/ mulheres) dos matriculados no ISSS entre 2010 e 2017 e os diplomados entre 2013 e 2016. Procurou-se ainda, analisar o processo de supervisão a partir do regulamento de estágio dos intervenientes, ou seja, os estagiários, supervisores académicos e de campo e ainda os locais de estágio onde se realizou esta instância de formação em 2016 no contexto de Angola.

Esta investigação baseou-se em procedimentos metodológicos: procedeu-se a pesquisa bibliográfica de forma a situar a trajetória histórica do ensino superior em Angola e as suas transformações desde o tempo colonial à atualidade, no que respeita a formação do ensino superior em Angola e a constituição dos dois Institutos de Serviço Social. Para os planos de estudo procedeu-se a análise dos atuais planos de estudo, recorreu-se a identificação das áreas científicas partindo da legislação associada, própria dos planos

de estudo do ISSS e do ISUP JP II, partindo da bibliografia específica já existente de autores nomeadamente: Abrantes (2005); Carvalho (2012); Monteiro (2016) e Teta (2007), teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Ainda na bibliografia, sobre a formação em Serviço Social em Angola recorreu-se o autor, Monteiro (2016), sobre estágio e supervisão recorreu-se aos autores Alzira Lewgoy (2010 e 2016), Marta Buriolla (2008), Yolanda Guerra (2016).

Na pesquisa documental, recorreu-se a análise da legislação sobre ensino em Serviço Social em Angola e legislação sobre sistema de educação em Angola e sobre a formação de Serviço Social. Analisou-se outros documentos como, regulamentos de estágio de Serviço Social dos dois Institutos e dos TCC, análise dos 103 TCC, estatísticas dos alunos matriculados e diplomados do ISSS e outros documentos existentes como documentos de estágios específicos que normalizam essa atividade.

A pesquisa empírica incidiu no ISSS, tendo sido solicitada junto à sua Direção Geral um pedido de colaboração para a recolha de informação. Nesta investigação recorreu-se a procedimentos metodológicos de natureza qualitativa (análise dos planos de estudo e áreas de intervenção) e quantitativa (horas letivas e disciplinas, alunos inscritos desde a abertura do Instituto até à data, diplomados até o ano de 2016, alunos de ambos os sexos, alunos diurnos e pós laboral, número de TCC consoante às áreas de intervenção, supervisores académicas Assistentes Sociais e não Assistentes Sociais).

Para finalizar a metodologia, o Departamento para a Área Académica do ISSS foi a entidade que facultou os elementos necessários para se proceder à identificação e análise da caracterização dos alunos matriculados e diplomados. Na análise dos locais de estágio e da identificação dos TCC, recorreu-se à Biblioteca do Instituto.

Estruturou-se essa dissertação em três pontos. No primeiro ponto procurou-se apreender, ainda que de forma breve, a trajetória, do ensino superior em Angola, as suas transformações desde o início dos anos 60 no contexto colonial até à atualidade. O desenvolvimento da formação de Serviço Social, tanto no setor privado como no público nesses mesmos contextos sócio históricos foram objeto de preocupação deste primeiro ponto.

No ponto seguinte faz-se uma abordagem de natureza teórica sobre estágio e supervisão na formação de Serviço Social. Dá-se conta do lugar que lhe é atribuído nos planos de estudo dos dois Institutos de Serviço Social em Angola. Finalizando este ponto recorreu-se a análise dos regulamentos de estágio e de todo o processo inerente a supervisão.

No último ponto, fez-se a apresentação dos estudantes matriculados e diplomados em Serviço Social. A partir dos processos de supervisão e estágio e respetivos intervenientes (supervisores académicos e de campo e estagiários) fez-se a análise dos mesmos, dando a conhecer as teorias dos autores consultados sobre os temas e comparando com a realidade angolana. Foi feita análise dos respetivos levantamentos das áreas de intervenção, nomeadamente, Educação, Saúde, Família e Trabalho dos 103 TCC. Finaliza-se de forma sucinta com as considerações finais.

1. A FORMAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA ANTES E APÓS INDEPENDÊNCIA

Este ponto pretende descrever, ainda que de forma breve, a trajetória histórica do ensino superior em Angola e as suas transformações desde o tempo colonial à atualidade. Procurar-se-á, também, compreender o desenvolvimento da formação de Serviço Social no contexto do ensino superior no período antes e pós independência, nos setores público e privado.

1.1. Breve Trajetória Histórica do Ensino Superior

A história da evolução da educação em Angola remete-nos para a formação académica desde a época colonial até aos dias de hoje.

O ensino superior e o seu desenvolvimento foram implementados em Angola, a partir de 1962 (então colónia portuguesa) com a criação dos Estudos Gerais Universitários (EGU), com o intuito de formar a população colonial (chamada de “elite intelectual”) uma vez que os angolanos ainda não tinham direito ao ensino superior (João Teta, 2007).

Em 1968, os EGU passaram a designar-se Universidade de Luanda⁴, sendo esta, a única que tinha em sua tutela todos os cursos de formação superior a nível nacional. A universidade agregava vários ramos das ciências, como o Direito, a Economia, as Ciências Agrárias, a Engenharia e a Medicina.⁵

O ensino era virado fundamentalmente para a promoção da população colonial e para a defesa dos interesses do regime, com base no desenvolvimento económico de Angola, assente nos pressupostos técnicos científicos. No ano letivo de 1973/74, a população escolar era cerca de 2354 estudantes, e um corpo docente composto de 274 elementos, (Teta, 2007).

⁴A Universidade de Luanda dava resposta apenas a nível provincial, uma vez que, Luanda, como capital tinha a maioria da elite colonial a viver na cidade. Razão pela qual não se ter expandido o ensino para todo o país, pois quem quisesse e estava fora da capital deslocava-se a Luanda para frequentar o ensino superior.

⁵ Com a criação dessas formações Angola passou a dispor de condições que lhe permitiram formar os técnicos e agentes qualificados das atividades básicas, indispensáveis para promover o desenvolvimento económico e social do território e que as Universidades da metrópole não se mostravam capazes de fornecer, nem em tempo útil nem na qualidade desejável.

Com a proclamação da independência de Angola em 1975, as autoridades angolanas “herdaram” apenas duas instituições de formação superior: a Universidade de Luanda (pública), que em 1976 passou a designar-se Universidade de Angola e o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII (privado, da igreja Católica), encerrado oficialmente em 1977.

Em 1985 a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto (UAN) em homenagem ao primeiro presidente da República e manteve-se até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país.

Em setembro 1992, o partido no poder, MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, abandonou o marxismo-leninismo⁶ como ideologia política e adotou política de economia de mercado – capitalismo.

O Serviço Social emerge no modo de produção capitalista. Foi extinto no socialismo e é recriado no modo de produção capitalista, com a iniciativa privada da Igreja Católica.

Com a abertura do sistema de ensino em Angola à iniciativa particular, pela publicação do Decreto n.º 21/ 91 de 22 de Junho, o Governo concede a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé autorização para criar a Universidade Católica de Angola (UCAN), primeira instituição privada de ensino superior na Angola independente. A UCAN foi criada em 1992 e entrou em funcionamento em 1999. A criação do curso de Serviço Social ocorreu somente em 2005, com a criação do Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II).

Pode-se afirmar que não houve Serviço Social em Angola de 1977 a 2005, sem isso significar que não houve trabalho social, já que os poucos Assistentes Sociais que haviam ficado no país, continuaram o seu trabalho (Amor Monteiro, 2016).

Em 2009, através do Decreto n.º 7/09 de 12 de Maio do Conselho de Ministros, foi criado o Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), a primeira instituição pública a formar Assistentes Sociais em Angola, tendo recebido os primeiros estudantes em 2010. Seguiu-se uma série de outras instituições privadas de ensino superior e em 2011 segundo dados do Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia (MESCT), totalizavam dez universidades privadas e doze institutos superiores privados. Deste total apenas duas instituições, o ISSS (pública) e a UCAN (privada) têm o curso de Serviço Social.

⁶ Marxismo-leninismo, termo resultante da justaposição das palavras marxismo e leninismo, designa a doutrina oficial da tendência majoritária do movimento comunista - isto é, dos partidos e dos estados alinhados à antiga URSS ou à República Popular da China - durante a maior parte do século XX.

No que respeita às três primeiras Instituições de ensino superior privado em Angola, além da UCAN, foi criada a Universidade Jean Piaget de Angola (UJPA) em 2001 e a Universidade Lusíada de Angola (ULA) em 2002 (Monteiro, 2016).⁷

O período pós-independência foi particularmente difícil dados os constrangimentos causados pela guerra. A fim de reverter esta situação, o Governo apostou no ensino, abrangendo-o a todo território nacional, sem qualquer tipo de discriminação. Com efeito, em 2002, Universidade Agostinho Neto (UAN) – a única instituição pública de ensino superior – teve a sua expansão a nível nacional, funcionando em sete das dezoito províncias de Angola: Luanda, Huambo, Huíla, Benguela, Uíge, Cabinda e Kwanza-Sul. Nessa altura, funcionava com 31 cursos de licenciatura.

No ano letivo 2001/2002, a população académica na UAN era composta por 9.129 estudantes de licenciatura, 869 docentes e 1.129 funcionários não docentes, entre técnicos e pessoal administrativo. A média anual de licenciados, neste período, não era superior a 100 graduados, tendo-se atingido o auge de 176 licenciados no ano letivo 2001/2002 (Paulo Carvalho, 2012).

1.2. Formação em Serviço Social Antes e pós Independência

O Serviço Social nasce em Angola no início da década de 60 sob os auspícios da Igreja Católica, em colaboração com o Estado Colonial.

O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, a primeira instituição particular e superior de Angola, foi fundada em Luanda em 1961, sob orientação católica. Este Instituto formou durante anos Assistentes Sociais, Educadores de Família e da Infância. O principal empregador dos Assistentes Sociais era o Estado, através do IASA – Instituto de Assistência Social de Angola, que era responsável pela coordenação dos centros sociais, centros infantis, cadeia de menores, hospitais e casa pia, instituições responsáveis para o atendimento de crianças, idosos, doentes, órfãos, abandonados, jovens e famílias desfavorecidas.

⁷ Segundo artigo sobre “Educação Superior na Comunidade de países de língua portuguesa”, do Prof. Dr. João Sebastião Teta, a população estudantil geral do subsistema do ensino superior era composta, no ano letivo 2001/2002, por 9.129 estudantes na UAN e cerca de 2.000 estudantes nas universidades privadas.

A Igreja Católica foi a responsável pela criação do curso, dado apresentar grande preocupação com a “questão social” e o avanço do socialismo. Segundo Monteiro (2016), “a Igreja Católica interpretava a “questão social” como um “problema moral”, pelo que, em colaboração com o governo colonial, criou “a Escola que forma os técnicos necessários para a implementação do conjunto de serviços sociais junto dos explorados” (Monteiro, 2016: 88).

Os colonos, quando chegavam de Portugal, recebiam as terras e os meios de subsistência dos angolanos, e esses eram “empurrados” para zonas inférteis e secas. Os primeiros Assistentes Sociais vinham para Angola com o objetivo de apoiar os portugueses e as suas famílias. O seu trabalho para os colonos era uma espécie de “benefício social”, razão da revolta dos angolanos porque, cada vez mais ficavam sem terras e acabavam por ser explorados apesar do trabalho assalariado (Monteiro, 2016).

O Governo colonial civilizava o povo angolano com a ajuda da Igreja Católica (igreja civilizadora), por isso, a proposta de criação de uma escola que formasse técnicos sociais foi com a intenção de implementar vários mecanismos de exploração e pacificar revoltas sanguinárias dos angolanos que “contestavam” a emancipação política e social que Angola vivia na altura (Monteiro, 2016).

Em 1961, com a revolta dos camponeses na Baixa de Kassanje em Malange e com “a luta das catanas” em Luanda, iniciou-se a luta armada para a independência do país.

Por outro lado, a Igreja Católica dependia do Estado e dos seus recursos, acreditando que este poderia contribuir para a melhoria das redistribuições da riqueza para toda a população, criando uma sociedade mais justa em termos sociais e com os princípios evangélicos (Monteiro, 2016).

O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, sofreu fortes influências das lutas ideológicas da altura, pois existiam alguns portugueses, bem como setores da Igreja em Portugal e em Angola, que defendiam a emancipação política e social dos angolanos e o alargamento dos direitos, apesar das várias oposições do Governo colonial. Devido às grandes mudanças que Angola atravessou, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII formou Assistentes Sociais entre 1961 e 1975, sendo extinto após a independência.

No entanto, os anos que se seguiram foram penosos para os Assistentes Sociais porque uns ficaram integrados na Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais – atualmente Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) – e outros tentaram iniciar outras profissões, matriculando-se nas faculdades de Direito, Economia, Psicologia e

Medicina. Esta atitude deveu-se, em parte, à dificuldade de se ascender na carreira da administração pública, dado que o curso não era valorizado pelo Estado.

A situação do país agravou-se, ainda mais, visto que Angola viveu cerca de quarenta anos de guerra quase contínua, que devastaram os serviços básicos de educação e saúde, paralisando as capacidades de produtividade e destruíram o seu tecido económico e social. Durante os longos anos de conflito armado, um milhão e oitocentos mil angolanos foram obrigados a deixar as suas casas, fugindo para outras áreas, alterando o tecido social do país, distorcendo os valores familiares e culturais. As famílias residentes no meio rural rumaram às cidades à procura de segurança, com forte incidência para a capital do país, Luanda, lançando mão de todas as formas de sobrevivência (José Abrantes, 2005).

Com base nestes acontecimentos o foco estava voltado para o bem estar da população como um todo, começando-se a dar mais ênfase aos serviços sociais, primeiro por iniciativa da Igreja Católica e mais tarde pelo Estado.

Com a abertura do Sistema de Ensino Privado no país, o estado concede à Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), a criação UCAN – a primeira instituição de ensino superior pertencente à Igreja Católica – através do Decreto nº 38 – A/ 92, de 7 de Agosto. Embora a Universidade tenha sido criada em 1992, as atividades letivas só entraram em funcionamento em fevereiro de 1999, tendo sido necessário mais seis anos até a CEAST – aprovar a criação do curso de Serviço Social, reiniciado em 2005.

O grande interesse em reiniciar o curso de Serviço Social aconteceu devido ao longo período de “congelamento” da profissão na administração pública. Após quase três décadas de guerra civil, a situação social foi-se agravando e refletindo na vida das populações ao nível da escassez de alimentação, habitação inadequada, e acesso a débeis serviços de saúde. Com efeito, – a falta de bens e serviços remetia a população para uma condição de extrema pobreza tornando-se necessário alterar esse cenário. Como tal, a Igreja Católica, através da CEAST, criou o curso de Serviço Social no ISUP JP II, uma unidade orgânica da UCAN, através do Decreto executivo nº128/ 11, de 26 de agosto⁸.

⁸ Decreto nº. 38-A/92, de 7 de agosto, foi autorizado na criação da UCAN como única instituição de ensino superior da Igreja Católica. ISUP JP II, nova escola, teve num processo burocrático pelo seu reconhecimento e legalização, esforço que culminou com a publicação do Decreto executivo n.º 128/11, de 26 de agosto. Integrou com efeitos retroativos a partir do início do ano 2005, o curso de Serviço Social na UCAN, tornou desta forma o ISUP JP II, uma unidade orgânica da UCAN (Monteiro, 2016: 183)

O curso continua atualmente a funcionar nas instalações que pertenciam ao Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, que formava Assistentes Sociais no período colonial, devendo-se o seu reconhecimento, dedicação e esforço ao Frei João Domingos.⁹

Em 2006 o chefe de Estado proferiu um discurso onde valorizou os feitos dos Serviços Sociais no tempo Colonial, levantando a necessidade de se dar continuidade dos mesmos, de forma a minimizar a situação de fragilidade que o país enfrentava.

Foi com base no discurso do Presidente da República que o Ministro João Kussumua, do MINARS, constituiu uma Comissão Instaladora de quatro elementos para analisar o discurso do chefe de Estado e fazer uma proposta de criação do Instituto Superior de Serviço Social de Angola (ISSS), Instituto público.¹⁰

O Ministério também teve a ajuda do Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) na qual conseguiu-se contratar consultores estrangeiros vindos do Brasil que trouxeram cursos idênticos.

A proposta de criação do ISSS (a primeira instituição pública a formar Assistentes Sociais em Angola) foi aprovada, através do Decreto nº7/09 de 12 de maio de 2009, em Conselho de Ministros. Em 2010, altura em que foram matriculados os primeiros estudantes, para os cursos de Serviço Social e Educadores de Infância.

O MINARS conseguiu cumprir com o solicitado no discurso do chefe de Estado, aumentando assim os quadros qualificados e existindo então a necessidade de mais um Instituto de formação.

⁹ Frei João Domingos – Esteve à frente dos cursos médios de *Educadores Sociais* e, devido ao seu esforço e dedicação, foi responsável pelo reinício da licenciatura de *Serviço Social* bem como da grade curricular, construção de docentes e da legalização do curso.

¹⁰ As propostas foram assistir a conferências de Serviço Social, fazer viagens a Portugal e Brasil de forma a obter mais conhecimento na área e trocar experiências com docentes do instituto privado, ISUP JP II. Para se atingir esses objetivos tiveram como parceria elementos do Ministério do Ensino Superior que na altura ainda era o Ministério da Educação.

2. ESTÁGIO E SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O LUGAR ATRIBUÍDO NOS DOIS INSTITUTOS EM ANGOLA

“A Supervisão de estágio é essencial à formação do aluno de Serviço Social...”

(Marta Buriolla, 2008: 16).

Após enquadramento da breve trajetória histórica do ensino superior em Angola e suas transformações desde o tempo colonial à atualidade, do desenvolvimento da formação de Serviço Social no contexto do ensino superior no antes e após independência nos setores privado e público, é dado agora espaço para a compreensão dos conceitos sobre “estágio” e “supervisão”.

Pretende-se com este ponto, dar ênfase as orientações teóricas sobre o “estágio” e a “supervisão” na formação em Serviço Social; a observação dos dois Planos de Estudo da licenciatura em Serviço Social bem como à análise das correlações das disciplinas e áreas científicas do ISUP JP II, ISSS e seus respectivos Regulamentos de Estágio.

2.1. Orientações teóricas sobre estágio e supervisão

A temática do estágio curricular na formação em Angola é configurada como assunto prioritário no ensino superior¹¹. Esta é uma vertente de grande importância para todos os elementos que participam nela. Também é promovida a oportunidade de experienciar a formação académica obtida previamente e dando conta da realidade, fomentar a aquisição de conhecimentos e competências associadas à profissão de Serviço Social. O estágio supervisionado é definido como uma atividade curricular obrigatória e essencial na formação do Assistente Social em Angola. Esta situação é analisada no ponto seguinte.

A supervisão é alvo de produção de conhecimento em Serviço Social há muito tempo e as relações que têm vindo a ser feitas nas últimas décadas com o Brasil leva com que a investigadora tenha escolhido autores brasileiros que abordam as questões de estágio supervisionado e supervisão. Em 1996, as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, no Brasil, foram aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente designado como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

¹¹ Lei nº 13/01, Lei de Bases do Sistema de Educação.

Segundo essas diretrizes, o estágio é uma atividade necessária que tem de capacitar o aluno para o exercício profissional. É através do estágio que o estudante tem maior proximidade com a realidade social em que o profissional está inserido, identificando as expressões da questão social e da práxis profissional durante a atuação do Assistente Social. O estagiário, durante o percurso, inicia a construção da sua identidade profissional com o processo de amadurecimento na formação acadêmica. No decorrer do estágio, o aluno primeiramente assume a sua identidade e sente que tem um compromisso importante entre ele e a instituição escolar, bem como com todos os utentes que atende, encaminha, e acompanha de forma profissional, implicando a sua competência como profissional. Segundo Lewgoy (2010), «o aluno aprende melhor o que faz por si próprio – “aprender fazendo”» (Lewgoy, 2010:75).

Em Serviço Social, na perspectiva de Guerra (2016), “numa profissão de natureza interventiva o estágio supervisionado deve ocupar um lugar de destaque na formação profissional. A conceção de estágio supervisionado, durante a criação dos princípios, diretrizes e políticas só podem ser interpretadas quando remetidas a um projeto de profissão e que esse conduz a um determinado perfil profissional.” (Guerra, 2016: 101).

Para Fátima Ortiz:

O estágio ocupa centralidade na formação profissional, pois potencializa a qualificação dos alunos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo. A disciplina de Estágio é o lugar privilegiado para a realização dessa síntese, considerando que, a partir da observação e análise das situações e demandas cotidianas que surgem no campo de estágio, pode o estudante confrontar-se com o modo de ser burguês, com a moralidade que lhe sustenta, com os limites e potencialidades das políticas sociais, facilitando o conhecimento do campo institucional, aprimorando a dimensão técnico-operativa e permitindo a identificação das possibilidades e limites do exercício profissional, bem como as dimensões da profissão e as condições materiais de trabalho do assistente social. (Ortiz, 2016: 207).

Segundo Buriolla (2008), a formação em Serviço Social na sua componente de supervisão é fundamental ao exercício da profissão, ou seja, processa-se em função da prática profissional. Com a prática desenvolve-se o acompanhamento diário do estagiário ou do profissional. A prática é vista como um processo educativo, de ensino e aprendizagem, relacionado a um conjunto de conhecimentos pertencentes à formação de Serviço Social. No entanto, ao tentar interpretar os dados da realidade, o aluno necessita exercitar a relação teoria/ prática, com o relacionamento dos saberes e conhecimentos apreendidos na formação.

A autora reforça ainda que “a supervisão realiza-se na área do agir e se dá em função da prática profissional, desenvolvendo o acompanhamento do trabalho prático cotidiano do aluno-estagiário” (Buriolla, 2008: 16). É nesta perspectiva que “a supervisão do estágio é essencial à formação do aluno de Serviço Social, uma vez que, é proporcionado um momento específico de aprendizagem, de reflexão sobre a ação profissional, de visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional.” (Buriolla, 2008: 16). Este aspeto confere à supervisão um carácter dinâmico e criativo, onde é permitido a elaboração de conhecimentos renovados. Assim sendo, “a supervisão e o estágio devem ser parte integrante da educação para o Serviço Social e não um apêndice!” (Buriolla, 2008:16). Para ser analisada e compreendida, precisa ser configurada e considerada como um ingrediente da formação e do exercício profissional, que envolve na mesma reflexão, a teoria e a prática e as relações da categoria profissional com a sociedade, nos diferentes momentos históricos (Buriolla, 2008).

No Brasil existe uma Política Nacional de Estágio (PNE) e independentemente da universidade onde se desenvolve a formação, há questões que passam pela PNE que está relacionada com o número de horas de estágio, quem é o supervisor, relação entre supervisores académicos e de campo e como se estabelece essa relação.

Visto que o estágio supervisionado é essencial para a inserção do aluno no espaço sócio institucional, com o objetivo de capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática, onde a mesma é feita em conjunto com o supervisor académico e supervisor de campo.

Quanto aos supervisores de estágios, cabe a estes interpretarem teoricamente os processos sociais e de dinâmica institucional, no acompanhamento de todo o processo do aluno estagiário e o desenvolvimento de atitudes e posturas éticas e técnicas, possibilitando em síntese os conhecimentos e saberes (teóricos, técnico-operativos, instrumentais e ético-políticas) e experiências enfrentadas ao longo do estágio. O supervisor não deve confundir o papel dele com o do aluno. Alguns supervisores confiam atividades aos estagiários, durante a realização dos estágios. Os profissionais acham que esta é a forma mais adequada para o estagiário autonomizar-se e ganhar segurança na realização da atividade. Segundo Ortiz (2016), “a postura não contribui com o processo de formação do aluno; ao contrário, tende a desqualificá-lo, tendo em vista que ignora seu grau de amadurecimento teórico, técnico e interventivo (...)” (Ortiz, 2016: 209).

Segundo Guerra (2016) “supervisores académico e de campo nem sempre estão cientes da conceção de estágio das diretrizes ou mesmo compartilham da política nacional de estágio e/ou aceitam/assumem suas competências e responsabilidades no âmbito desse espaço de formação” (Guerra, 2016:120).

Em síntese, existindo diferentes orientações sobre supervisão, mesmo entre autores do Serviço Social do Brasil, há que referir que devido aos avanços que a profissão fez, com a definição da PNE, das diretrizes curriculares, nem todos os Assistentes Sociais aceitam ou conhecem plenamente essas mesmas diretrizes e plano.

2.2. O lugar do estágio curricular nos dois planos de estudo da licenciatura em Serviço Social

O plano de estudos da licenciatura em Serviço Social quer do ISUP JP II (privado) quer do ISSS (público), têm a duração de 4 anos (8 semestres)¹². As disciplinas que compõem o curso, no ISUP JP II são cinquenta e seis e no ISSS quarenta e cinco.

Nos dois institutos são contempladas disciplinas teóricas (T), teóricas-práticas (TP) e práticas (P). O ISUP JP II tem na sua formação um total de 3700¹³ horas letivas, e o ISSS 3435¹⁴ horas. Entre os dois institutos existe uma diferença de 265 horas a mais a favor do Instituto privado, (consultar anexos 1 e 2, Plano de Estudos).

Atendendo que em Angola é muito difícil encontrar a legislação disponível com facilidade, a autora desta pesquisa fez uma aproximação das áreas científicas, principalmente, da área de Serviço Social. Para a análise, foi consultado o Plano de Estudo e a Tabela Geral de Cadeiras Específicas, Complementares e Gerais do curso de Serviço Social do ISSS.¹⁵ Veja-se na página seguinte, Tabela n.º 1, com a elaboração das áreas científicas e distribuição da carga horária do curso e interpretação da mesma. O ISSS tem disciplinas da área das Ciências Sociais associadas à investigação que são

¹² Princípios legais estabelecidos na Lei n.º 13/ 01, Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), de 31 de dezembro de 2001.

¹³ O Decreto executivo n.º 128/11, de 26 de agosto, consta um erro referente ao número total de horas do curso. No entanto, onde lê-se 3628 horas como total do curso, deverá ler-se 3700 horas.

¹⁴ Plano de Estudos aprovado através do Decreto n.º 7/ 09, de 12 de Maio, do Conselho de Ministros, aquando da criação do Instituto Superior de Serviço Social.

¹⁵ Tabela geral de cadeiras específicas, complementares e gerais do curso de Serviço Social: documento elaborado pelo Departamento de Serviço Social do ISSS. Este documento foi solicitado à data de 2014 pela Diretora Geral Adjunta para Área Académica do ISSS, aprovado em Conselho Pedagógico e pelo Ministério do Ensino Superior.

identificadas como sendo da área científica de Serviço Social. O Instituto público identifica o elenco das disciplinas como sendo de Serviço Social, daí a discrepância do número da carga letiva, da área de Serviço Social.

O ISUP JP II apresenta 55% e o ISSS 65%, existindo mais 10% a favor do Instituto público.

O elenco da área científica de Serviço Social do ISSS é o seguinte: Fundamentos Históricos do Serviço Social; Introdução à Investigação Social; Informática Básica para o Serviço Social; Métodos e Técnicas de Pesquisa Social; Observatório Social; Teoria e Métodos do Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social I e II; Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V; Serviço Social de Comunidades; Estatística Aplicada ao Serviço Social; Ética e Deontologia para o Serviço Social; Intervenção Social em Serviço Social; Política Social; Serviço Social na Contemporaneidade; Seminários de Temas da Atualidade; Segurança Social; Seminário Metodológico para Monografia e Orientação da Monografia (TCC).

Observando a distribuição das doze áreas científicas que compõem os dois Planos de Estudo, na Tabela n.º 1 observa-se que:

Tabela n.º 1
Áreas Científicas e Distribuição da Carga Horária – Licenciatura em Serviço Social

ÁREA CIENTÍFICA	INSTITUTO SUPERIOR JOÃO PAULO II	%	INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL	%
	CARGA HORÁRIA		CARGA HORÁRIA	
SERVIÇO SOCIAL	2020	55	2220	65
PSICOLOGIA	240	7	195	6
SOCIOLOGIA	315	9	135	4
ANTROPOLOGIA	120	3	90	3
DIREITO	120	3	135	4
ECONOMIA	120	3	90	3
FILOSOFIA	75	2	60	2
HISTÓRIA	60	2	60	2
LÍNGUAS	315	9	270	8
COMUNICAÇÃO	30	1	45	1
SAÚDE	90	2	45	1
CIÊNCIAS SOCIAIS	195	5	90	3
TOTAL	3700	-----	3435	-----

Fonte: Plano de Estudo do Curso de Serviço Social – ISUP JP II (2011) e ISSS (2009) e Tabela Geral de Cadeiras Específicas, Complementares e Gerais do curso de Serviço Social – ISSS (2015).

Os dados expostos na Tabela n.º1 mostram que a segunda maior percentagem é destinada à área científica de Línguas¹⁶ para os dois Institutos, sendo esta de grande importância. Angola é um país com diversas Línguas Nacionais, razão pela qual esta área tem um valor dominado. Realça-se que os alunos são provenientes de várias províncias e dominam vários idiomas. Os Ministérios¹⁷ (Ministério da Educação e do Ensino Superior), nos últimos seis anos têm conferido maior importância às Línguas Nacionais. É através destas que se estabelece as formas de comunicação e de integração das populações no todo nacional, procurando manter a cultura angolana.

Nesta área científica de Línguas há três componentes; Língua Portuguesa, Língua Nacional e Língua Estrangeira. Sendo obrigatória fazer as três disciplinas. Acontece que, existindo três Línguas Nacionais (Kimbundu, Umbundu e Kikongo), os alunos terão que escolher apenas uma.

Verifica-se uma maior discrepância na área da Sociologia e das Ciências Sociais. Enquanto no ISUP JP II, o total dessas duas componentes são 14%, no ISSS fica-se por 7%. Destaca-se ainda, que no ISSS, dá-se mais importância ao Direito do que às Ciências Sociais e à Sociologia, nomeadamente às outras áreas científicas os valores são similares.

A área científica predominante é a de Serviço Social, na qual se podem encontrar traços comuns entre as Instituições, a destacar:

- A preocupação em iniciar o estudante, futuro profissional de Serviço Social, a ter um conhecimento aprofundado das metodologias específicas do curso e desenvolvimento das competências profissionais na resolução de problemas sociais, na promoção do indivíduo, grupo e comunidade;
- O desenvolvimento de competências teóricas e metodológica no âmbito das políticas sociais;
- A capacitação do estudante para identificar as fragilidades e potencialidades da “solidariedade social” na sociedade contemporânea; e particularmente, em Angola;

¹⁶ Área Científica de Línguas, referente às disciplinas de Língua Portuguesa, Línguas Nacionais (Kimbundu, Umbundu e Kikongo) e Línguas Estrangeiras (Inglês e Francês).

¹⁷ Discurso do Chefe de Estado em 2006, sobre Línguas Nacionais. As línguas nacionais envolvem todo o património de conhecimentos e formas culturais transmitido ao longo do século ou mesmo milénio. Impõem-se por essa razão que se dê um estatuto científico as diversas línguas do país e que as mesmas sejam introduzidas nos programas de ensino e nos órgãos de comunicação social das regiões em que são faladas, para permitir a sua vigência na atualidade e a transmissão às gerações futuras da riqueza humana e moral que lhe está associada (José Eduardo dos Santos, 2006).

- A existência de uma vertente prática, voltada para a intervenção, na formação dos alunos;
- A formação científica, consecutiva e crítica, que habilita para o conhecimento e compreensão dos desequilíbrios sócio estruturais, injustiça social na sociedade.

Ao analisar-se os Planos de Estudo dos dois Institutos (anexos 1 e 2), no ISUP JP II a disciplina semestral de “Deontologia Profissional” no 3ºano, está mais virada para os valores da profissão, enquanto no ISSS a disciplina de “Ética e Deontologia para o Serviço Social” aborda não só os valores da profissão mas também os valores perante a sociedade e tem igual carga horária.

As disciplinas de Política Social e de Segurança Social são lecionadas no 4º ano do curso. Apesar da localização destas disciplinas nos Planos de Estudo ser tardia é fundamental que estejam localizadas na estruturação da formação desde o primeiro ano do curso. Quando se fala de Política Social, fala-se de Estado. A análise das questões do Estado da Política Social e das suas diferentes componentes como: a Segurança Social e Saúde Pública são questões essenciais na formação de um Assistente Social.

Pela análise feita aos Planos de Estudo e aos Programas das disciplinas de Estágio Supervisionado do 3º e 4º ano, encontraram-se traços comuns entre os dois Institutos em relação á vertente prática, isto é, referente á intervenção nos primeiros anos. Em ambos os Institutos, as disciplinas de âmbito prático (prático e teórico-prático), são dadas desde o 1º ao 4ºano do curso, através de estágios supervisionados. Estes estágios teórico-práticos visam preparar os estudantes, proporcionando-lhes conhecimentos que lhes permitam exercitar os fundamentos teóricos metodológicos da profissão, através de instrumentos teóricos e técnico-operativos necessários á intervenção profissional, na realidade social em que estejam inseridos (no seu campo de estágio). Tenta-se preparar os estudantes sobre os quatro níveis do processo de intervenção profissional: observação, diagnóstico, execução e avaliação a partir das dimensões “teórico-metodológico”, “ético-política” e “técnico-operativo” da profissão (Anavilde Kassessa, Samba, 2017).

A carga horária da área científica do Estágio do Serviço Social apresenta-se da seguinte forma:

- No ISUP JP II são 1315 horas, sendo 360 atribuídas a parte teórica (Seminário de Preparação de Estágio, Seminário Metodológico para a Monografia, Seminário de Temas da Atualidade e Supervisão em Serviço Social I e II) e prática 955 horas de estágio;
- No ISSS, são 1380 horas, com uma atribuição de 300 horas para a parte teórica (Estágio Supervisionado II e IV e Seminário de Temas da Atualidade e Seminário Metodológico para a Monografia), e prática 1080 horas de estágio.

O ISUP JP II valoriza mais a parte teórica dos estágios ao contrário do ISSS que dá mais importância a sua prática de estágio, estando a Instituição pública com uma diferença de 125 horas a mais que a Instituição privada.

No ISSS as disciplinas que compõem a área científica do Estágio, relativa a parte prática são: Observatório Social, Estágio Supervisionado I e III e Estágio Final de Curso. Quanto ao ISUP JP II as disciplinas ministradas, quer teóricas quer práticas, têm semelhanças apesar de existirem duas disciplinas da parte prática com denominação diferente, a saber: Estudo dos Recursos Sociais e Estágio de Instituição. Ambos Institutos no VII semestre, têm Estágios de preparação para elaboração de Projetos de Estágio e o Instituto público beneficia com mais 60 horas de diferença que o Instituto privado. Na página a seguir, conforme Tabela n.º 2:

Tabela n.º 2
Área Científica de Estágio de Serviço Social

DISCIPLINAS	INSTITUTO SUPERIOR JOÃO PAULO II		%	DISCIPLINAS	INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL		%
	CARGA HORÁRIA	TIPO/ANO			CARGA HORÁRIA	TIPO/ANO	
OBSERVATÓRIO SOCIAL	75	II SEM/ 1º ANO	6	OBSERVATÓRIO SOCIAL	60	II SEM/ 1º ANO	4
ESTUDO DOS RECURSOS SOCIAIS	75	IV SEM/ 2º ANO	6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	120	IV SEM/ 2º ANO	9
SEMINÁRIO DE PREPARAÇÃO DE ESTÁGIO	30	V SEM/ 3º ANO	2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	90	V SEM/ 3º ANO	7
SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL I	45	VI SEM/ 3º ANO	3	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	270	VI SEM/ 3º ANO	20
ESTÁGIO DA INSTITUIÇÃO	225	VI SEM/ 3º ANO	17	SEMINÁRIOS DE TEMAS DA ACTUALIDADE	45	VII SEM/ 4º ANO	3
SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL II	60	VII SEM/ 4º ANO	5	SEMINÁRIO METODOLÓGICO PARA MONOGRAFIA	45	VII SEM/ 4º ANO	3
SEMINÁRIO METODOLÓGICO PARA MONOGRAFIA	60	VII SEM/ 4º ANO	5	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	120	VII SEM/ 4º ANO	9
SEMINÁRIO DE TEMAS DA ACTUALIDADE	75	VII SEM/ 4º ANO	6	ESTÁGIO FINAL DE CURSO	360	VIII SEM/ 4º ANO	26
SEMINÁRIO DE PREPARAÇÃO DE ESTÁGIO	60	VII SEM/ 4º ANO	5	ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA (TCC)	270	VIII SEM/ 4º ANO	20
ESTÁGIO FINAL DE CURSO	450	VIII SEM/ 4º ANO	34				
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO	30	VIII SEM/ 4º ANO	2				
ELABORAÇÃO MONOGRAFIA (TCC)	130	VIII SEM/ 4º ANO	10				
TOTAL	1315			TOTAL	1380		

Fonte: Plano de Estudos do Curso de Serviço Social – ISUP (2011) e ISSS (2009)

Através da análise dos dois Planos de Estudo dos Institutos e da Tabela Geral de Cadeiras Específicas, Complementares e Gerais do curso de Serviço Social do ISSS, verifica-se que o estágio curricular é um momento privilegiado na formação do futuro Assistente Social, e ambos Institutos, o valorizam desde o primeiro ano da formação do aluno.

2.3. Processo de supervisão e os regulamentos de estágio

No entender da autora a existência de vários locais de estágios para os alunos desenvolverem a sua experiência prática não é a melhor opção. Os dois Institutos têm semelhanças quanto aos procedimentos dos estágios.

No 1º ano o estágio intitula-se como Observatório Social. Este é o iniciar da aprendizagem da metodologia científica como aprender a elaborar um projeto de observatório, definir a problemática, o saber observar e construção de instrumentos de observação com os respectivos indicadores da mesma. Todo o processo mencionado leva o seu tempo de execução e carece de um trabalho de campo que além de proporcionar a prática de observação orientada também é feita a análise do fazer o “corte” com o senso comum que o estagiário tenha criado. No entanto, devido a experiência de docência da autora há que mencionar as seguintes considerações:

- Os alunos do 1º e 2º ano, da sua formação, deveriam manter o mesmo local de estágio. Sendo esta a forma de desenvolverem desde o início do 1º ano e término no 2º ano, todo processo relatado anteriormente. O aluno com uma duração de estágio maior terá melhor rendimento e aprofundamento no conhecimento da Instituição/ Organização onde desenvolverá a sua experiência pré-profissional neste caso, a prática;
- Os alunos só deveriam mudar para outro local de estágio quando transitassem para o 3º ano e aqui desenvolver-se o mesmo processo, 3º e 4º ano no mesmo local de estágio. Estes alunos com experiência de dois anos na mesma Instituição/ Organização ganhariam muito mais experiência. No 3º ano passariam por todo o processo de conhecimento da Instituição/ Organização com posterior entrega do diagnóstico e projeto de intervenção. Uma vez que os alunos nunca conseguem terminar e desenvolver esses mesmos projetos, no 3º ano, passariam a dar continuidade destes no 4º ano;
- O obstáculo de um aluno ter experiência de vários locais de estágio durante a sua formação académica, leva com que este não absorva todo o conhecimento. A maturidade de um aluno para desenvolver o estágio, este deverá ter condições suficientes para puder desenvolver a sua experiência prática numa Instituição/ Organização com princípio e fim. Isto é desenvolver a sua maturidade intelectual

e profissional ampliando um processo de trabalho que pressupõe todas as etapas que lhe estão associadas.

As mudanças constantes de locais de estágio devido a curta duração, faz com que os alunos fiquem com debilidades na sua aprendizagem e na assimilação de todo o processo institucional e político.

No início do “arranque” do estágio, o ISUP JP II realiza dois encontros com todos os supervisores académicos. No primeiro com o intuito de dar a conhecer os procedimentos do estágio e tipo de documentos a receber. O segundo encontro é com o propósito de “colher” as avaliações dos supervisores com reflexões dos pontos fortes e fracos durante a sua orientação/ supervisão do estágio. Quanto ao perfil dos supervisores académicos desta Instituição, apenas selecciona docentes especialistas da área de Serviço Social. Quando aos docentes Assistentes Sociais, não são suficientes para o elevado número de alunos. O Instituto solicita colaboradores, Assistentes Sociais, existindo pagamento deste trabalho.

Quanto ao ISSS no início, apenas programa um único encontro com docentes supervisores académicos. O encontro serve para fazer chegar o “Memorando do Estágio” onde consta: procedimentos de estágio, estrutura do relato de estágio do 1º ano, estrutura do relatório de estágio do 2º ao 4º ano. Os supervisores académicos, na sua maioria, não são formados em Serviço Social. Tendo sido preocupação, tanto da Direcção como do corpo docente resolver esta situação.

Atendendo a situação, em 2016, a Instituição contratou recém licenciados, ex alunos do ISSS, para orientação de estágios. Os recém licenciados orientam, sozinhos, alunos do 1º e 2º ano e em conjunto com docentes orientam alunos do 3º e 4º ano, sendo remunerada as orientações.

Assim sendo, há que dar conhecimento da análise feita, dos dois regulamentos de estágio que consiste numa prática profissional supervisionada, de observação ou intervenção, que tem por finalidade operacionalizar os conhecimentos teóricos constantes do conteúdo curricular do curso de Serviço Social. O estágio tem como objetivos gerais:

- “Complementar a formação do estudante promovendo a prática profissional da sua atividade futura;

- Contribuir com o processo de apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa do fazer profissional a partir da experiência de estágio tendo em vista o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional;
- Aperfeiçoar a formação profissional de acordo com os problemas da realidade em que o estudante se vai inserir, após formação;
- Estabelecer a ligação entre a teoria e a prática” (ISSS, 2009; ISUP: 2011).

Quanto aos objetivos específicos para cada ano de estágio são:

- O estágio do 1º ano é realizado durante o II semestre, nos dois Institutos de formação, “Observatório Social” e tem como objetivo proporcionar ao estudante uma visão objetiva para a compreensão da realidade social, como campo da sua atividade profissional futura. O estágio realiza-se uma vez por semana e com uma carga horária de 4 horas por dia. No final, os estudantes deverão apresentar um “relatório” ao supervisor acadêmico;
- O estágio do 2º ano no Instituto privado, é realizado durante o IV semestre por um período de 1 mês, com pelo menos 15 dias a tempo integral. Quanto ao Instituto público, este também realiza-se no mesmo semestre por um período de 3 meses, sendo duas vezes por semana.

O estágio tem como objetivo iniciar o estudante na prática profissional em instituição. Deverá também aprender a refletir sobre a prática profissional e desenvolver um sentido crítico sobre a atuação da Instituição em que estão inseridos.

- O estágio do 3º ano é realizado durante o VI semestre por um período de 4 meses, com 225 horas para o Instituto privado; o ISSS 270 horas. A sua duração é igual para os dois Institutos. O objetivo é proporcionar uma experiência de prática profissional, no meio rural ou no meio urbano, aprofundando os pressupostos teóricos e metodológicos da profissão e despertando nos estudantes a consciência ética e o trabalho em equipes multidisciplinares.

O estudante deverá entregar o Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório Final de Estágio com base nas atividades planejadas e realizadas durante este período, obedecendo às orientações do supervisor acadêmico estabelecidas no

calendário de orientação. Fazem também entrega de um “Projeto de Intervenção”.

- No 4º ano o estágio dos Institutos é denominado de “Estágio Final” realizado no VIII semestre, por um período de 6 meses. O ISSS tem uma carga horária de 360 horas e o ISUP JP II 450 horas. O ISSS tem menos 90 horas em relação à Instituição privada. O Estágio Final visa proporcionar ao estudante a sua inserção em projetos de desenvolvimento durante os quais o estudante deve ter autonomia para programar ações dentro dos objetivos gerais planejados. Pode participar na planificação e desenvolvimento de um projeto no meio rural ou no meio urbano, realizando pesquisas de interesse social da instituição ou de interesse geral. Entregam no final do estágio um Relatório de Estágio. É no 4º ano que se proporciona as bases para a realização do TCC.

Nos dois Institutos, no final do 4º ano, os estudantes têm que entregar o Relatório Final de Estágio e o TCC, uma vez que realizam em simultâneo o estágio e a pesquisa, embora a entrega seja feita de forma distinta.

3. OS PROCESSOS DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIOS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL

Analisar a supervisão pressupõe análise dos intervenientes que estão associados a supervisão, isto é, os estudantes, os supervisores de campo e académicos. Neste sentido, procede-se a abordagem dos estudantes que frequentam o curso de Serviço Social no ISSS e outros intervenientes que dizem respeito aos supervisores. Posteriormente encontra-se a caracterização dos estudantes e de todos os elementos que compõem a supervisão. Este ponto termina com a explicação da inexistência da análise dos Relatórios de Estágio aos TCC que é a etapa final da conclusão do curso.

3.1. Os estudantes matriculados e os diplomados em Serviço Social

Os alunos que ingressam no ensino superior, na sua maioria, são estudantes que acabam o curso médio de Educadores Sociais tirado no Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA). Estes alunos ingressam para o curso de Serviço Social como primeira opção e com a perspectiva de darem continuidade da sua formação académica. Por outro lado, regista-se a existência de alunos que frequentam o curso de Serviço Social como trabalhadores-estudantes (alunos do período diurno e pós-laboral) e encontram-se associados aos Ministérios da Educação e Defesa. Os que pertencem ao Ministério da Educação exercem a sua função como professores, como diretores de turma e diretores de escola do ensino primário e médio. Os do Ministério da Defesa são polícias civis.

Segundo Alberto Nguluve (2006), “o nível de formação de professores durante os últimos trinta anos era na sua maioria a oitava classe ou ensino médio (técnico médio de professor) e ainda em nossos dias parece continuar a mesma situação, pois o Ministério da Educação (2001) tem apresentado dados que comprovam a falta de professores qualificados para as atividades de ensino escolar” (Nguluve, 2006: 52). Decorrente da experiência de docente da autora, com os alunos do 1º ano auscultando-os no início do I semestre do ano letivo, as respostas vão algumas no sentido de corroborar a posição de Nguleve (2006). No levantamento da auscultação os alunos mencionam que ao entrarem para o ensino superior é com o intuito de complementarem a sua formação académica.

A formação do ensino primário foi precária durante vários anos. Mas nos últimos anos, início do século XXI, começa a registar-se professores do ensino primário e médio¹⁸ a fazerem formação superior.

A partir dos elementos facultados pelo Departamento para os Assuntos Académicos (DAAC) do ISSS em 2017, nos cursos de período diurno e pós -laboral, desde o ano 2010 e 2017, os estudantes matriculados foram 1196 (período diurno), sendo 756 homens, correspondendo a 63%. No período pós laboral o total de matriculados é de 803, sendo 408 homens, correspondendo a 50%. No entanto, são mais os homens que ingressam para o curso mas também os que mais desistem porque não concluem a licenciatura.

Quanto a proveniência geográfica dos estudantes, estes vêm de vários pontos do país apesar de a maioria ser da capital, Luanda. Os poucos alunos que se deslocam para fazer o curso, quando finalizam regressam às suas províncias de origem (Malange, Namíbe).

A Tabela n.º 3 remete para o número de matriculados entre os anos 2010 e 2017. Em média entraram 150 estudantes por ano, registando-se o valor máximo de 417 no ano de 2011 e o valor mínimo de 84 no ano 2013. Foi no ano de 2011 que o ISSS criou quatro turmas diurnas devido ao número elevado de estudantes matriculados. Em 2012 o Instituto iniciou a abertura do curso pós laboral.

Tabela n.º 3

Estudantes Matriculados – 1º ano do curso de Serviço Social – Diurno

ANO LETIVO DIURNO	ANO CURRICULAR	ESTUDANTES MATRICULADOS	SEXO	
			FEMININO	MASCULINO
2010	1º ANO	153	40	113
2011	1º ANO	417	117	300
2012	1º ANO	116	58	58
2013	1º ANO	84	39	45
2014	1º ANO	88	31	57
2015	1º ANO	99	43	56
2016	1º ANO	115	60	55
2017	1º ANO	124	52	72
TOTAL		1196	440	756

Fonte: Departamento para os Assuntos Académicos do ISSS – 2017

¹⁸ Ensino Primário – vai da Iniciação até à 6ª classe; 1º Ciclo – 7ª classe até à 9ª classe e 2º Ciclo/ Médio – 10ª classe até à 12ª classe.

Na Tabela n.º4 veja-se que entre 2012 e 2017, a média dos alunos matriculados do curso pós laboral foi de 134, sendo que em 2016 o valor máximo foi de 183 e o mínimo de 84 em 2013 e 2014 respetivamente. Em 2016 regista-se igual número de matriculados entre homens e mulheres (50%).

Os estudantes do sexo masculino são maioritários porque a entrada do curso de Serviço Social constitui segunda ou terceira opção. A primeira opção seria os cursos de Direito, Engenharia ou Jornalismo.

Tabela n.º 4

Estudantes Matriculados – 1º ano do curso de Serviço Social Pós-Laboral

ANO LETIVO PÓS-LABORAL	ANO CURRICULAR	ESTUDANTES MATRICULADOS	SEXO	
			FEMININO	MASCULINO
2012	1º ANO	167	82	85
2013	1º ANO	84	41	43
2014	1º ANO	84	22	62
2015	1º ANO	155	97	58
2016	1º ANO	183	91	92
2017	1º ANO	130	62	68
TOTAL		803	395	408

Fonte: Departamento para os Assuntos Académicos do ISSS – 2017

Relativamente aos diplomados em Serviço Social do período diurno e pós laboral entre 2013 e 2016 formaram-se 518 diplomados, e, em média 130 por ano. O valor mais elevado atinge-se em 2014 com 157 e o mínimo 109 no ano de 2013, apenas correspondentes aos cursos do período diurno, veja-se Tabela n.º 5 na página seguinte.

Tabela n.º 5

Diplomados – diurno e Pós-Laboral do curso de Serviço Social (2013 – 2016)

ANO LETIVO	ANO CURRICULAR	DIPLOMADOS		TOTAL	SEXO	
		DIURNO	PÓS-LABORAL		FEMININO	MASCULINO
2013	4º ANO	109		109	30	79
2014	4º ANO	157		157	46	111
2015	4º ANO	83	40	123	53	70
2016	4º ANO	77	52	129	59	70
TOTAL		426	92	518	188	330

Fonte: Departamento para os Assuntos Académicos do ISSS – 2017

Como é normal em todas as escolas de ensino universitário, nem todos os alunos matriculados concluem a licenciatura porque acabam por desistir no decorrer da formação.

Do total de diplomados do Instituto que realizam a sua formação no regime pós laboral foram 18%.

Regista-se um número crescente de diplomados entre 2013 e 2014 e uma redução em 2015 mas com uma tendência a subir novamente.

3.2. Processos de supervisão de estágio: supervisores académicos e de campo e estagiários de 3º e 4º ano

É preocupação do ISSS em celebrar Protocolos com várias Instituições/Organizações públicas e privadas que venham a acolher os alunos estagiários dos diferentes cursos no Instituto. O Departamento de Práticas Pedagógicas é constituído por dois técnicos superiores formados em Pedagogia e por uma administrativa. Este Departamento delinea relações interinstitucionais entre o ISSS e outras Instituições seja ao nível daqueles que acolhe os alunos de Serviço Social e do curso de Educação de Infância.

Desde o início da implementação do ISSS que a Instituição tem vindo a trabalhar no sentido de celebrar Protocolos com várias Instituições/Organizações, públicas e privadas com vista a constituírem locais de estágio. No entanto, são poucas as Instituições que mostraram interesse em celebrar Protocolos.

Quando são feitas as “negociações de estágio, os alunos do 3º ano que transitam para o 4º ano, caso não realizem o estágio no mesmo local, devem passar novamente pelo mesmo processo de “negociação”. Caso contrário a “negociação” é renovável automaticamente no ano seguinte – 4º ano.

Antes de mencionar a competência do supervisor académico e de campo deve-se fazer uma apreciação quanto a designação coordenadora e supervisor de campo. A primeira é associada a profissionais que não são formados em Serviço Social e a segunda, a Assistentes Sociais.

Segundo o Regulamento de Estágio, compete ao Supervisor Académico:

- “Estabelecer o contato com os órgãos de direção a que estejam afetos os campos de estágio, coordenadores/ supervisores de campo da instituição e inserir os estagiários nos respetivos campos; orientar, acompanhar e avaliar o aluno na elaboração de trabalhos académicos da disciplina; estabelecer em conjunto com o supervisor de campo, estratégias de comunicação para garantir o acompanhamento do aluno, durante todo o período de estágio e quanto a avaliação final dos trabalhos; (...)” (ISSS, 2009).

Dada a realidade e posterior processo de Protocolo entre as duas Instituições, o supervisor académico cabe a responsabilidade de acompanhar os estagiários no primeiro dia ao local de estágios. Os dois supervisores em conjunto com os estagiários traçam os objetivos da prática académica levando em conta as necessidades específicas da Instituição/ Organização (campo de estágio). Consequente desse encontro entre supervisores (académico e de campo) e estagiário, resulta um documento que é identificado como “negociação de estágios”. Na “negociação de estágio” também são entregues documentos para controlo do desempenho do estagiário como: “ficha individual de controlo (assiduidade)”, “folha de frequência do estagiário”, “ficha de avaliação de desempenho do estagiário”, “estrutura do relato de estágio final do 4º ano” e “ficha de avaliação de desempenho do estagiário”. Esta última consta os seguintes indicadores: assiduidade, pontualidade, interesse pelo trabalho, responsabilidade, postura profissional, relacionamento com o utente e relacionamento com a equipa (ISSS, 2009).

Ainda compete, orientar os alunos com momentos de supervisão durante uma hora, no primeiro mês todas as semanas e posteriormente de 15 em 15 dias. Estes momentos de supervisão são individuais mas por vezes os alunos solicitam que estes sejam partilhados em grupo para troca de experiências. Apesar do Regulamento de estágios estar contemplado apenas uma orientação de grupo. Durante a realização das supervisões, o professor orienta os alunos para planificação de atividades e ações de sensibilização relacionada com várias problemáticas.

A componente da supervisão não é vista como uma disciplina curricular e os docentes têm que disponibilizar parte do seu tempo para a realização da supervisão. Esta componente não é remunerada bem como as deslocações aos locais de estágio. Também é difícil as deslocações por várias diversidades como: diferentes e distantes locais de estágio, falta de meios próprios que impossibilitam a deslocação dos supervisores.

Os supervisores têm a seu encargo em média 15 alunos para orientação, situação inoportável, segundo alguns autores internacionais visto alegaram pouco rigor nas supervisões em consequência da sobrecarga de trabalho.

Quando no local de estágio não existe Assistente Social, o supervisor académico reforça as relações com os coordenadores de campo. É necessário e fundamental a presença do supervisor académico, Assistente Social, deslocar-se ao local de estágios com mais frequência (uma a duas vezes, por semana).

Em 2013 e 2014, antes do II semestre, a Área Científica do ISSS, organizava formações no âmbito do estágio supervisionado, supervisão, metodologias de orientação e de investigação científica. Este espaço era para os docentes partilharem experiências profissionais, sendo um espaço importante, principalmente para os docentes supervisores académicos Assistentes Sociais e professores de outras áreas. Além desse espaço ser um momento de partilha de experiência, também servia para esclarecimento de dúvidas.

Quanto á competência do Supervisor de Campo, o Regulamento de estágio refere:

- “Fazer o acompanhamento presencial das atividades desenvolvidas pelo aluno na Instituição/ Organização; orientá-lo e participar da sua avaliação;

- Disponibilizar a documentação da Instituição para as pesquisas e levantamentos necessários à realização das tarefas pelos alunos, de acordo com as normas da instituição; (...)” (ISSS, 2009).

Compete ao **Estagiário**, segundo o Regulamento, elaborar o Plano de Estágio, apresenta-lo e analisa-lo com o supervisor académico e de campo; cumprir o tempo de estágio (carga horária), apresentar o cronograma de atividades devidamente aprovado pelo supervisor de campo e académico; apresentar ao supervisor académico, dentro do tempo estabelecido pelo Departamento de Serviço Social, todos os instrumentos de avaliação como “relatório do diagnóstico”, “plano de ação” e “relatório das atividades”. (ISSS, 2009).

Alguns alunos ficam retidos no mesmo ano letivo devido ao constante incumprimento no decorrer dos estágios como: ausências constantes no local de estágios, entrega tardia do plano de ação e diagnóstico e ausência nas supervisões, alegando por vezes que não conseguem conciliar o trabalho e os estágios. Muitas vezes acham que ao justificarem a debilidade de conciliar trabalho-escola-estágio que os supervisores académicos têm a obrigação de dar o “jeito”¹⁹.

No início de cada ano letivo, os Departamentos de Serviço Social e de Práticas Pedagógicas realizam um Seminário com os futuros estagiários com o objetivo de informar os alunos sobre o Regulamento de Estágios, dar a conhecer que tipo de Instituições/Organizações já tem Protocolo com a Instituição Académica. É neste momento que o estudante faz a sua escolha de acordo com as ofertas apresentadas. Isto não significa que ele não possa propor outro local de estágio. Há alunos que propõe realização de estágios nas suas províncias de origem mas a aceitação dessa proposta está dependente de custos em função das condições financeiras do Instituto. O ISSS ainda não tem uma política de inserção dos estagiários no território angolano. É condicionada pelas despesas que estão associadas a deslocação, estadia e alimentação dos supervisores académicos. O território angolano, é vasto e por vezes implica deslocação de avião existindo uma distância de 500 Km para outra província.

Quanto a Avaliação o Regulamento de Estágio refere o seguinte:

¹⁹ Termo utilizado para tentar subornar os supervisores académicos, alegando que não podem ficar desempregados pois não podem perder o seu “ganha-pão”.

- “O supervisor deve fornecer ao estagiário, no início da atividade prática, os indicadores específicos da avaliação;
- A avaliação deve ser contínua e focalizar, além dos aspectos quantitativos, as características individuais do estudante;
- Da avaliação dos estágios do II e IV semestres (1º e 2º ano) devem constar os aspectos de: assiduidade, pontualidade, participação, análise crítica e relatos;
- A avaliação do estágio do VI e VIII semestres (3º e 4º ano) deve ter em linha de conta a elaboração do plano de intervenção bem como do plano de autoavaliação a elaborar pelo estudante. A avaliação tem de ter em consideração o coeficiente 60% para a prática e 40% para a teoria;
- A avaliação deve ter em conta a elaboração dos instrumentos de avaliação que devem ser elaborados pelo estudante do 4º ano, com o acompanhamento do supervisor;
- No final do estágio do 4º ano, o supervisor académico faz a avaliação, tanto da parte prática como do relatório referente às atividades, tendo em conta o parecer do supervisor de campo ou coordenador” (ISSS, 2009).

Nas Instituições quando não há assistentes sociais ou quando existe, mas são insuficientes, há por vezes a tentativa de transformar estagiários em profissionais. Algo que um supervisor académico deve estar atento sobre isso ou contribuir para que isso não venha a acontecer. Portanto clarificando as relações entre os supervisores académicos e de campo e inclusivamente as políticas sociais das Instituições.

Em 2013 e 2014, antes do II semestre, a Área Científica do ISSS, organizava formações no âmbito do estágio supervisionado, supervisão, metodologias de orientação e de investigação científica. Este espaço era para os docentes partilharem experiências profissionais, sendo um espaço importante, principalmente para os docentes supervisores académicos Assistentes Sociais e professores de outras áreas. Além desse espaço ser um momento de partilha de experiência, também servia para esclarecimento de dúvidas.

3.3. Dos Relatórios de Estágio aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

No término do estágio curricular, do 3º e 4º ano, cada aluno elabora um **relatório de estágio** dando conhecimento de todo o seu percurso de estágio bem como das atividades realizadas durante o mesmo. O supervisor procura acompanhar o aluno e o próprio processo do relatório.

Uma vez que, não foi possível o acesso aos **relatórios de estágio** não foi feita análise dos mesmos, sendo apenas analisado os TCC.

No ponto anterior fez-se referência do número de alunos matriculados e diplomados e verifica-se que muitos não terminam o curso. Dos 518 diplomados, referidos no ponto **3.1.** desta dissertação, verifica-se que, só estavam disponíveis na biblioteca do ISSS 103 TCC os quais se fez a análise. A entrega do TCC ao Departamento de Serviço Social não tem sido obrigatória. Sendo esta uma das razões da discrepância do número dos TCC em relação ao total dos alunos diplomados. A investigação recaiu nos 103 TCC referentes os anos letivos de 2015 e 2016.

Da consulta dos referidos TCC procedeu-se á identificação das áreas de intervenção de estágio. Partindo da denominação dos TCC e respetivos locais de estágio, foram elaboradas **áreas de intervenção** onde decorreram entre 2015 e 2016. Identificaram-se quatro **áreas de intervenção** de estágios: Educação, Família, Saúde e Trabalho, conforme se verifica, na página seguinte, Tabela n.º 6.

Tabela nº 6
Área de Intervenção de Estágios/ Temáticas

Área de Intervenção de Estágios/ Temáticas				
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	TEMÁTICAS	NÚMERO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	SUPERVISOR ACADÊMICO AS	SUPERVISOR ACADÊMICO NÃO AS
ÁREA DA EDUCAÇÃO	Alimentação Escolar	1	27	27
	Alfabetização de Crianças de Rua	2		
	Absentismo Escolar	2		
	Atividades Escolares e Extra Escolares	2		
	Carência e Vulnerabilidade Social	1		
	Direitos das Crianças	2		
	Equipa Interdisciplinares no Ensino	2		
	Hábitos de Higiene	2		
	Insucesso Escolar	3		
	Inserção no Ensino/ Deficiência	5		
	Inserção e Formação Profissional	3		
	Relação Escola Família	15		
	Rendimento Escolar	7		
	Valores Éticos, Morais e Sócio Culturais	2		
	Violência no Meio Escolar	5		
	TOTAL	54		
ÁREA DA FAMÍLIA	Abandono de Familiares	1	7	7
	Abandono de Idosos	2		
	Crianças em Situação de Risco	2		
	Abandono das crianças Recém Nascidas	3		
	Maternidade/ Paternidade			
	Papel da Mulher na Família	1		
	Relação Recluso/ Família	1		
	Trabalho Infantil	1		
	Terceira Idade e Comunicação	2		
	Violência Doméstica	1		
TOTAL	14			
ÁREA DA SAÚDE	Abandono ao Tratamento	1	15	12
	Atendimento Utentes/ Condições de Trabalho	3		
	Alcoolismo	1		
	Gravidez Precoce	2		
	Mortalidade Infantil	1		
	Prevenção e Promoção da Saúde	11		
	Relação Doente/ Família	2		
	Relação entre profissionais de Saúde e a Equipa Interdisciplinar	3		
	Trabalho do Assistente Social na Saúde	3		
	TOTAL	27		
ÁREA DO TRABALHO	Condições de Trabalho e Insatisfação dos Trabalhadores	3	1	7
	Conservação Ambiental	1		
	Reintegração Sócio Profissional	1		
	Desenvolvimento Sustentável	1		
	Relação Conflituais entre Colaboradores	2		
	TOTAL	8		

Fonte: Biblioteca do ISSS (2017)

Mais de metade dos trabalhos de conclusão de curso realizaram-se na **área da educação** (54), foram abordadas 15 temáticas diferentes: “alimentação escolar”, “alfabetismo de crianças de rua”, “absentismo escolar”, “atividades escolares e extra escolares”, “carência e vulnerabilidade social”, “direitos das crianças”, “equipa interdisciplinares no ensino”, “hábitos de higiene”, “insucesso escolar”, “inserção e formação profissional”, “relação escola família”, “rendimento escolar, valores éticos/ morais e sócio culturais” e “violência no meio escolar”.

Quinze estagiários trabalharam o tema “relação escola-família” segue-se a temática “rendimento escolar” com 7 trabalhos, e ainda 2 temáticas “inserção ensino/ deficiência” e “violência no meio escolar”, temáticas trabalhadas por 5 alunos cada. Por último temos outras temáticas com um menor número mas também de grande relevo, na qual foram trabalhadas por 22 alunos.

Metade dos estágios que correspondem aos TCC tiveram supervisores Assistentes Sociais.

A nível dos serviços públicas na **área da saúde**, o Ministério da Saúde tem contratado Assistentes Sociais para os diferentes serviços e é aqui que os estagiários têm vindo a desenvolver os seus estágios. Nesta **área** existem 27 estagiários, trabalharam 9 temáticas diferentes a saber: “abandono ao tratamento”, “atendimento utentes/ condições de trabalho”, “alcoolismo”, “gravidez precoce”, “mortalidade infantil”, “prevenção e promoção da saúde”, “relação doente/ família”, “relação entre profissionais de saúde e a equipa interdisciplinar” e “trabalho do Assistente Social na saúde”. O tema com o índice mais elevado é a “prevenção e promoção da saúde”, e o de menor número são 3 temáticas: “abandono ao tratamento” o “alcoolismo” e a “mortalidade infantil”. A seguir encontram-se 2 temáticas a evidenciar, “atendimento ao utente/ condições de trabalho” e “trabalho do Assistente Social na saúde”, apresentada respetivamente por 3 alunos. O tema “atendimento ao utente/ condições de trabalho” são muito debatidos, por todo o país através da comunicação social, uma vez que as políticas sociais/ política de saúde não são aplicadas por parte dos serviços. Relativamente aos Assistentes Sociais não tem existido queixas.

Outros TCC desenvolveram 8 temas diferentes e destacamos alguns como “gravidez precoce”, “relação doente/ família”, “relação doente/ família/ profissional de saúde”, entre outros.

Quanto a **área da família** aborda-se 9 temáticas diferentes, trabalhadas por 14 alunos. As temáticas trabalhadas são: “abandono de familiares”, “abandono de idosos”, “crianças em situação de risco”, “abandono de crianças e as relações maternidade/paternidade”, “papel da mulher na família”, “relação recluso/ família”, “trabalho infantil”, “terceira idade e comunicação” e “violência doméstica”. O número de trabalhos realizado pelos estagiários, em cada tema, é equilibrado. No âmbito da família, os idosos e as crianças são os alvos mais vulneráveis que requerem maior atenção, por isso, existe maior incidência de TCC. Metade desses supervisores académicos são Assistentes Sociais.

Por último, apresenta-se a **área do trabalho**. Do conjunto das **áreas** é o que tem menos expressão, com 5 temas diferentes, elaborados por 8 alunos nos quais se destacam 3 temáticas intituladas de “condições de trabalho e insatisfação dos trabalhadores”, sendo estas apresentadas por 3 alunos. A temática “relação conflituais entre colaboradores” foi abordada por 2 alunos. Os restantes temas estão divididos pelos 3 alunos, onde se destacam “conservação ambiental”, “reintegração sócio profissional” e “desenvolvimento sustentável”. Nesta **área** a diferença entre supervisor académico de outras áreas é maior em relação ao supervisor académico Assistente Social.

A maioria dos estágios realizados foram na província de Luanda, cuja localização foi em três municípios como: Belas, Luanda e Kilamba Kiaxi. Os TCC dizem respeito á estágios realizados nos respetivos municípios.

Verifica-se que o município de Belas é o mais distante com 26,4 km do município de Luanda e o menor é o município do Kilamba Kiaxi com 11,3 Km.

Apesar da maioria dos estágios realizados acontecerem na província de Luanda. O número reduzido de estagiários que optam em fazer o estágio curricular na sua província de origem, como é o caso de estudantes que proveem da província do Namibe. Namibe vista de Luanda é de 941 km, sendo 13 horas e 37 minutos por via rodoviária e a deslocação via aérea é de 720 km, com duração de 54 minutos de voo, existindo pagamentos de deslocação para os supervisores académicos.

Do trabalho realizado acentuam-se aspetos importantes, um deles: a discrepância de ausência de supervisores académicos formados em Serviço Social a orientar TCC. Situação ainda bastante frequente em Angola, uma vez que não existem profissionais

suficientes para o número elevado de estudantes a serem orientados, sendo nula a resolução desta situação. Reforça-se a ideia que, não pode ser outro profissional a orientar o aluno de Serviço Social. Este não terá referências para absorver as competências profissionais adequadas que o Assistente Social teve ter, veja-se Buriolla (2008) e Lewgoy (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizado todo este percurso de constante aprendizagem, que contemplou a vertente de investigação, é aqui objetivo apresentar em síntese as considerações mais relevantes.

O objetivo da presente pesquisa foi compreender o lugar do estágio e supervisão na formação académica do Serviço Social em Angola a partir dos atuais planos de estudo existentes e do processo de supervisão, tendo sido atingido o objetivo.

Na realização deste trabalho de investigação há a referir: constrangimentos de várias naturezas, uns que advém de não ter sido facultada informação solicitada em tempo oportuno, tendo sido necessário recorrer a outro tipo de informação decorrente do exercício de docência. Por outro lado, a inexistência de bibliografia nacional que abordasse o tema em causa, “estágio curricular” e “supervisão”.

Há medida que a investigação ia progredindo, quer através da realidade, quer através da bibliografia consultada, constatou-se que o tema trabalhado estava a ser desafiante enquanto docente e supervisora académica nos dois Institutos.

Foi desafiante enquanto docente pois ao fazer várias leituras sobre a trajetória histórica do ensino superior em Angola e no que respeita a formação de Serviço Social, bem como a constituição dos dois Institutos, chega-se à conclusão que ainda é prematura a profissão de Serviço Social (é vista como um “bebé”), sendo necessário continuar a trilhar caminho para dar mais ênfase a profissão.

Quanto a análise dos dois planos de estudo dos Institutos em causa, conseguiu-se identificar as áreas de intervenção científicas do curso, partindo da legislação associada a estes dois planos, na qual verificou-se que o ISUP JP II no seu planos de estudo dá mais importância à Sociologia e à área das Ciências Sociais, enquanto que o ISSS valoriza mais o Direito. Também é visível que ambos Institutos lecionam as disciplinas de Políticas no 3º e 4º ano e sendo estas disciplinas que retratam questões de Estado e das suas componentes, deveriam ser localizadas na estruturação da formação, nos primeiros dois anos do curso.

Visto que a pesquisa empírica incidiu no ISSS, ao realizar a caracterização dos alunos matriculados e diplomados, averiguou-se que dos alunos matriculados a sua maioria é do sexo masculino, apesar desses serem os que mais desistem do curso.

Relativamente a disciplina de “estágio” analisou-se que ainda é dada muito pouca importância ao estágio por diversas razões: o número de horas é razoável mas não é suficiente para um aluno conseguir assimilar toda a experiência prática profissional desejada; os relatórios de estágios não ficam na Biblioteca do Instituto sendo devolvidos novamente ao estudante; a Instituição também não dá muita importância ao trabalho desenvolvido pelo supervisor acadêmico porque a nota que este atribui ao estudante é apenas de 40% da teórica e os 60% são atribuídos a parte da experiência prática profissional. Esta situação revela que o supervisor acadêmico e o seu trabalho não são valorizados como deveriam ser; os supervisores acadêmicos, maioritariamente, não são formados em Serviço Social; campos de estágio sem Assistentes Sociais; os supervisores acadêmicos não são remunerados pelas supervisões de estágio nem pelas deslocamentos que fazem aos locais de estágio. Apesar do tempo de trabalho este não é visto como tempo letivo indo para além das 12 horas de trabalho. Os docentes por vezes não são o suficientemente responsáveis em acompanhar os seus estagiários no primeiro contato que os alunos têm com o campo de estágio; no decorrer do 3º ano os alunos desenvolvem um “projeto de intervenção”, porém ficam sem o realizar na íntegra. Razão pela qual deveriam dar continuidade do seu estágio no 4º ano no mesmo local; devido ao elevado número de utentes que os supervisores de campo têm para atender e estes serem os únicos Assistentes Sociais nas suas Instituições, por vezes é difícil ter reunião com os alunos para esclarecimento de dúvidas.

Para além das conclusões tiradas sobre a pesquisa feita não pretende-se deixar de referir algumas sugestões e minimizar-se determinadas situações, a saber: que o ISSS reinicie debates de reflexões sobre “Estágio” e “Supervisão” ou então propor-se uma comissão coordenadora para reflexões mensais sobre estágio supervisionado; por parte dos dois Institutos, existir mais divulgação sobre o trabalho de Serviço Social; que na avaliação feita pelos supervisores de campo e acadêmico, a teórica e a prática tenha a mesma cotação de avaliação (50%); que os supervisores de campo façam parte da constituição de júri na defesa de TCC. Por último, é desejável que a continuidade dos estágios, do 3º e 4º ano prevaleça no mesmo local de estágio.

O estudo realizado vem trazer reflexões para futuros debates: “Será vantajoso esse tipo de estágios para a formação do futuro Assistente Social, sem terem continuidade em tão curto espaço de tempo?”

Em suma, tem-se a dizer que esta investigação teve muito próxima da realidade sendo esta a intenção. Pretende-se que existam mais trabalhos neste âmbito para o crescimento

da profissão e para a formação plena de Assistentes Sociais que consigam abordar a prática profissional com todo conhecimento teórico aliado a visão prática da realidade angolana.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, J. M. (Org.). (2005). Angola em Paz: novos desafios. 2ªed. Luanda: Edições Maianga.
- ANGOLA, Lei nº. 13/01 de 31 de dezembro. Lei de Bases do Sistema de Educação.
- BONATTO, D. A. (org.) ... [etc.al.] (2008). Serviço Social e Ética – Convite a uma Nova Práxis. 9ªed. São Paulo: Cortez.
- BURIOLLA, M. A. F. (2008). Supervisão em Serviço Social – O Supervisor, sua relação e seus papéis. 4ªed. São Paulo: Cortez.
- CACUTO, J. F. (2001). Post-Independent Angola: economical implications of the colonial heritage. Economia & Pesquisa. Araçutuba. V.3. nº 3. Pág. 22-39. Consultado em 05/12/2017 em http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo02_angola.pdf
- CARVALHO, P. (2013). Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola. Consultado em 21/07/2017 em http://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6014/1/Carvalho_COOPEDU.pdf.
- DUMBO, M. L. N. (2012). A Delinquência Juvenil em Luanda. Porto: Edições Ecopy Prometeu.
- DUMBO, M. L. N. (2017). Programa da disciplina de Política Social do curso de Serviço Social.
- GOOGLE. Distância entre municípios angolanos. Consultado em 02/01/2018 em <http://www.distanciasidades.com/pesquisa>
- GUERRA, Y. (2016). O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B. e ABREU, M. H. E. (2016) *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- WIKIPÉDIA, Guerra da Independência de Angola, a enciclopédia livre. Consultado em 05.12.2017 em http://www.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Independência_de_Angola .
- KASSESSA, A. e SAMBA, S. (2017). Programa da disciplina de Estágio Supervisionado I e IV, 3º e 4º ano do curso de Serviço Social.
- LEWGOY, A. M. B. (2008). “Supervisão em Serviço Social: Desafios para a formação e exercício profissional”, consultado em 09/05/2017, de

<http://www.ufal.edu.br/noticias/2008/10/roda-de-conversa-acontece-nesta-quarta-29/estagio.pdf>-internet Explorer

LEWGOY, A. M. B. (2010). Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2ªed. São Paulo: Cortez

LEWGOY, A. M. B. e CARLOS, S. A. (2016). Supervisão de Estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente. Porto Alegre: Prorext/UFRGS.

LEWGOY, A. M. B. Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B. e ABREU, M. H. E. (2016) *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

MONTEIRO, A. A. (2016). Natureza do Serviço Social em Angola. São Paulo: Cortez.

NGULUVE, A. K. (2006). Política Educacional Angolana (1976-2005): Organização, Desenvolvimento e Perspetivas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NÚNCIO, M. J. S. (2015). Introdução ao Serviço Social, História, Teorias e Métodos. 2ªed. Lisboa: Editor Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SAMBA, S. J. (2014). Adolescência em situação de risco e a educação social em Luanda. Jundiaí: Paco Editorial.

SANTOS, José Eduardo dos.

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/2006/8/37/integra-discurso-President-Republica-por-ocasio-III-Simposio-Sobre-Cultura , consultado em 28/10/2017

SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B. e ABREU, M. H. E. (2016). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

SILVA, M. L. S. F. (2005) Estágio Curricular: Contribuições para o redimensionamento de sua prática. Coleção Pedagógica nº 7. 2ª ed. Natal: Editora da UFRN

TETA, J. S. (2007). Educação Superior em Angola. Consultado em 11/06/2017 em <http://www.pucrs.br/edipucrs/> .

ANEXOS